



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Conselho de Altos Estudos e  
Assuntos Estratégicos

# Pacto Pelo Pecém



**RELATÓRIO DA REUNIÃO COM O NÚCLEO PODER  
PÚBLICO FEDERAL DO PACTO PELO PECÉM**

**Auditório do Complexo das Comissões da Assembleia Legislativa do  
Ceará**

**18 de Julho de 2012.**

## **PARTICIPANTES:**

**AESTEC** - Associação dos Engenheiros de Segurança do Trabalho do Estado do Ceará.

**BB** - Banco do Brasil.

**DNPM** - Departamento Nacional de Produção Mineral.

**DOCAS** - Companhia Docas do Ceará.

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

**RECEITA FEDERAL** - Receita Federal do Brasil.

**SRTE/MTE** - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/Ministério do Trabalho e Emprego.

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
<b>Antonio Gilmar S. Paiva</b>	Consultor CAEAE
<b>Bosco Morais</b>	Consultor CAEAE
<b>Cláudio José M. Cavalcante</b>	CM Consultoria
<b>Dep. Lula Moraes</b>	CAEAE / Presidente
<b>Fernando Antônio da C. Roberto</b>	DNPM / Superintendente
<b>Flávia Vasconcelos Diógenes</b>	CAEAE
<b>Francisco Edivaldo Alves Lopes</b>	IBAMA
<b>Geórgia Maia Pinto</b>	SRTE CE / Setor de Comunicação
<b>João Henrique L. Costa</b>	BB / Superintendente Regional
<b>Marcelino Rodrigues Mendes</b>	SRTE/MTE
<b>Marcus Gurjão</b>	RECEITA FEDERAL/Superintendente Regional
<b>Mirio Pavan</b>	SINDICAM-CE
<b>Paulo Sucupira</b>	BB/ Superintendente
<b>Raimundo José de Oliveira</b>	CIA DOCAS DO CEARÁ
<b>Rosana Garjulli</b>	CAEAE / Secretária Executiva
<b>Teócrita S. B. Teixeira</b>	AESTEC/LTR/EDESC
<b>Uyara B. de Sena</b>	Assessora de Comunicação CAEAE
<b>Vânia S. R. Teixeira</b>	PGE/PROPAMA
<b>Victor Samuel Ponte</b>	Consultor CAEAE

## **1. RESUMO DOS TRABALHOS**

A reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - CAEAE, Deputado Lula Moraes que fez a acolhida, destacou a importância da construção da siderúrgica para a produção de placas de aço no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, iniciada ontem (dia 17 de julho), apontou o objetivo do encontro, passando a palavra para a Secretária Executiva do CAEAE, Dra. Rosana Garjulli.

A secretária executiva, agradeceu a presença de todos e detalhou a metodologia de trabalho a ser adotada na reunião e ressaltou que as questões/desafios discutidas, possam transmitir o reflexo das necessidades/demandas do Complexo Industrial Portuário do Pecém, que ao final dos trabalhos o consenso deste grupo irá contribuir para a elaboração do documento cenário atual do CIPP, e em seguida solicitou a apresentação dos presentes.

Cada participante fez uma breve apresentação e logo após iniciaram-se as exposições institucionais sobre o CIPP a partir do questionário proposto. Após as apresentações a Secretária Executiva do CAEAE, contextualizou a importância da construção dos Pactos dentro da Assembleia Legislativa, por ser uma casa de articulação, elemento necessário ao desenvolvimento dos trabalhos. Destacou que se encontra em desenvolvimento uma pesquisa sobre as demandas de insumos, mão de obra e serviços junto a todas as empresas do CIPP já implantadas ou mesmo as em processo de instalação, realizada por consultores do Pacto.

Informou, ainda, as datas dos próximos encontros, ressaltando a importância da participação de todos os setores para obtenção de um retrato dos grandes desafios.

Concluídas as apresentações a reunião foi conduzida de modo a identificar os desafios do CIPP sob a ótica dos representantes de cada instituição federal, o que se encontra resumido no item 2 deste relatório.

### **1.1. Complementações das Apresentações**

**IBAMA** – apresentou as respostas às questões feitas e acrescentou que a organização estrutural do órgão, não foi alterada em virtude dos empreendimentos e demandas do Pecém, porém considera importante à realização de concursos públicos para suprir a atual carência de pessoal.

**BB** – enalteceu a iniciativa da Assembleia Legislativa ao criar o Pacto pelo Pecém, no contexto de um plano de governança. Apontou a necessidade de expansão do Banco em torno do CIPP e principalmente nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, pois visualiza um grande volume de novos agentes econômicos nos municípios. Nas fragilidades a serem enfrentados pela instituição, lembrou que o banco é uma sociedade de economia mista, onde a União é o seu maior acionista, é que a lei 8.666 (lei das licitações) poderá ser um entrave à celeridade nos financiamentos/investimentos, pois a lei não permitiu a velocidade de um banco privado.

**DNPM** – fez um breve relato das funções da instituição e apresentou uma planta de situação de minerários inseridos na área do CIPP (imagem no anexo 1). Informou que no mês de agosto deste, será inicializada a atualização do Plano Diretor Mineral da Região Metropolitana de Fortaleza.

**DOCAS** – apontou a necessidade do fortalecimento da política portuária para uma maior movimentação do transporte das cargas de porto a porto, já que o transporte rodoviário atualmente vem se tornando um problema de mobilidade, expressou preocupação ao crescimento desordenado da cidade nas proximidades do porto, limitando uma futura expansão (citou exemplo do porto de Fortaleza), informou sobre a construção do terminal marítimo de passageiro, um incremento ao desenvolvimento do turismo no estado.

**SRTE/MTE** – manifestou preocupação com os aspectos relativos a segurança do trabalho e principalmente com a qualificação profissional imediata e a longo prazo, lembrou da necessidade de instalação de universidades na região, relatou o agravamento nos casos de prostituição. Informou sobre a implantação de um setor de multi atendimento no local.

## **1.2. Questionamentos após as Apresentações Institucionais**

Os Consultores do Pacto pelo Pecém, Vitor Samuel e Bosco Morais, direcionaram questões as seguintes instituições: DNPM, DOCAS, MTE e IBAMA, conforme segue no corpo do texto.

### **1.2.1. Perguntas ao DNPM**

- a) Considerando a necessidade do mapa geológico do Estado, para as atividades a serem desenvolvidas no Complexo, qual é a escala que existe atualmente?

R.: O mapa geológico do estado do Ceará mais atual é do ano de 2003 e na escala de 1:500.000. No entanto, está sendo atualizado o mapa regional metropolitano no contexto do Plano Diretor Mineral da Região Metropolitana de Fortaleza, este na escala de 1:50.000. O ideal é que fosse elaborado um trabalho de atualização do mapa geológico para todo o território cearense nessa escala de 1:50.000, que permitiria uma precisão maior na identificação das reservas minerais do nosso estado.

b) No mapa da região do CIPP apresentado aqui, aparecem algumas solicitações de lavras ao DNPM dentro da área reservada à ZPE do Pecém, sendo que esta área faz parte de um decreto federal destinando-a ao fim específico de abrigar indústrias exportadoras. Então como compatibilizar os pedidos de autorização de lavras com o decreto federal para a ZPE?

R.: A empresa administrativa da ZPE deve enviar ao DNPM ofício com a documentação da ZPE, anexando o memorial descritivo referente ao decreto da ZPE, solicitando a exclusão da área da mesma para efeito dos pedidos de concessão de lavra.

c) Solicita se possível que o Plano Diretor Mineral RMF comece pelo lado Oeste para disponibilizar mais rapidamente informações sobre a área do CIPP, por conter aspectos relevantes do plano para o Pacto, isso é possível?

R.: O plano diretor mineral irá cadastrar a situação legal das áreas com possibilidades de serem mineradas, o representante confirma que a elaboração do Plano poderá iniciar pela região do CIPP e que irá levar a sugestão ao conhecimento da equipe.

#### 1.2.2. Perguntas a Companhia DOCAS

a) A partir do regime de desregulamentação portuária, o que a Cia DOCAS vem fazendo para se tornar mais competitiva?

R.: A Lei 8.630 dos portos estabelece diferenciação na administração Portuária, temos função de autoridade portuária e promovemos os serviços de exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo.

b) A Cia. DOCAS está aberta para receber capital privado?

R.: No momento não. Isso depende de deliberação do Governo Federal.

c) O que vai ser feito quando a área de tancagem do porto de Fortaleza for transferida para o CIPP?

R.: Iremos aproveitar o espaço para movimentar outras cargas.

### 1.2.3. Perguntas ao SRTE/MTE

a) Se o SRTE/MTE desenvolveu uma política sobre a qualificação dos moradores do local?

R. Tem vários programas do MT, que podem qualificar a mão de obra, esclarece, contudo que não atuam diretamente na implementação dos programas. O nível estadual acompanha as demandas, mas os projetos são operacionalizados a partir do encaminhamento, análise e aprovação centralizada em Brasília.

Foi sugerido que talvez seja interessante, buscar uma forma mais descentralizada de encaminhamento, análise e aprovação de projetos tendo em vista a especificidade e a urgência na capacitação de um significativo contingente de mão de obra para o CIPP.

### 1.2.4. Perguntas ao IBAMA

a) Por que o Ibama atualmente delega ações suas para os municípios e outros órgãos que não tem experiência/conhecimentos para ações?

R.: O Ibama possui um corpo estrutural limitado, a exemplo de outras instituições vive uma fase de desmembramentos de funções, buscando parcerias e descentralizando de algumas atribuições.

b) A Instituição Chico Mendes, o que é e o que faz no Ceará?

R.: É uma autarquia criada em 2007 e atua no Ceará preservando e criando as Unidades de Conservações (Chapada de Araripe, Aiuaba, Ubajara, Jericoacoara, APA de Sobral, APA da Serra Meruoca).

## **2. CONSENSOS EXISTENTES NO NÚCLEO**

Após os questionamentos e respectivos esclarecimentos foi solicitado que os participantes individualmente escrevessem em tarjetas quais as principais questões (desafios ou potencialidades) que caracterizam o CIPP hoje.

A partir das tarjetas apresentadas, a moderadora conduziu a discussão entre os participantes de modo a sistematizar o conjunto de aspectos apontados e o estabelecimento dos respectivos consensos, os quais são apresentados a seguir.

## **2.1. Qualificação da Mão de Obra da Região**

Há um consenso na falta de mão de obra especializada, que atenda a demanda do CIPP, na região e no seu entorno, e que a atual insuficiência na quantidade e na qualidade de profissionais, prejudica a geração do desenvolvimento social e econômico das comunidades ali residentes.

A insuficiência na estrutura dos espaços educacionais, e a ausência de programas de qualificação adequada e sistemática (a exemplo, o treinamento de segurança do trabalho e capacitações específicas dos setores produtivos), dificulta a inclusão dos trabalhadores ao CIPP.

A falta de capacitação adequada gera insatisfação entre os trabalhadores e acentua a disparidade entre os salários dos trabalhadores locais e os que vêm de outras regiões e estados.

## **2.2. Insuficiência Institucional Governamental**

Um dos problemas citados entre os participantes é a falta de estrutura institucional, agravada devido à demanda do Porto, não há contingente aduaneiro suficiente e inexistente o alfandeamento da Zona de Processamento de Exportação – ZPE, prejudicando o processo de desenvolvimento.

A insuficiente estrutura institucional resulta na falta de fiscalização adequada da legislação, principalmente nas áreas de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente.

## **2.3. Com relação ao Licenciamento Ambiental**

A inexistência de diretrizes para orientar as compensações e ações mitigadoras na área do CIPP, torna os impactos socioambientais visíveis, aumentando as atividades poluidoras no local.

Ainda não há licenciamento ambiental específico para empresas que querem se instalar no CIPP. Existe também a dificuldade para harmonizar de solicitações de exploração mineral da área.

## **2.4. Relacionados à economia e infraestrutura local**

Não há um plano de negócio das empresas do CIPP, como também falta informação sobre os investimentos, oportunidades e potencialidades do Complexo.

A falta de planejamento e programas adequados para a área do CIPP, gera um aumento populacional, contribui para a especulação imobiliária na região, a favelização é visível na região, decorrente da migração interna.

Entre os municípios que estão próximos ao Complexo, falta integração para formalizar consórcios para gestão de aterro sanitário, como também parcerias público-privada para implantação de tratamento adequado aos resíduos sólidos.

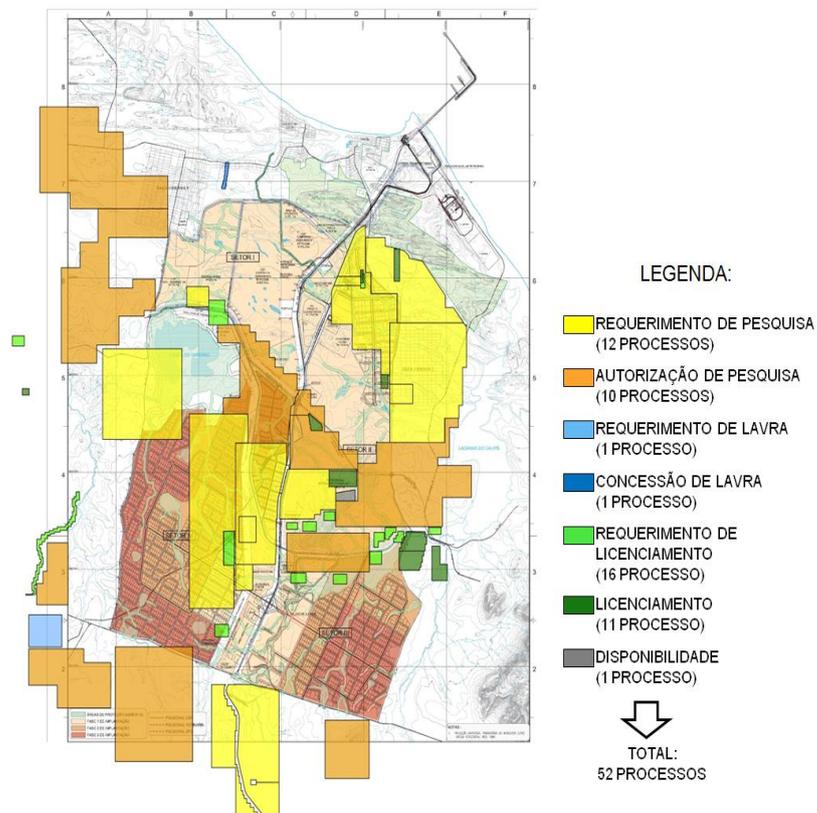
Constata-se ainda a insuficiência nos modais rodoviários ferroviários que dificultam o acesso e a mobilidade na região.

## ANEXO 1 – Mapa

Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, Explanada pelo Sr. Superintendente Fernando Antônio.

### TÍTULOS MINERÁRIOS SOBREPOSTOS AO MAPA DO COMPLEXO PORTUÁRIO PECÉM - CIPP

Cristiano Alves  
N. de Geoprocessamento  
Superintendência/DNPM/CE



## Anexo 2 – RESPOSTAS AO QUESTIONARIO

### RESUMO DAS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS NÚCLEO: PODER PÚBLICO FEDERAL

#### ITEM 1 – MISSÃO DA INSTITUIÇÃO E COMO SE RELACIONA COM O CIPP

INSTITUIÇÃO	MISSÃO E RELAÇÃO COM O CIPP
<b>Banco do Nordeste</b>	“Atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional” e se relaciona atualmente com o CIPP como agente financeiro de empresas instaladas, em instalação e a se instalarem no Complexo, além de atuar como apoiador do Pacto.
<b>IBAMA</b>	As missões do IBAMA são: <ul style="list-style-type: none"><li>• Executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente.</li><li>• Exercer o poder de polícia ambiental, no âmbito de suas atribuições legais.</li></ul> A relação com o CIPP ocorrerá no exercício das atribuições do IBAMA, predominantemente relacionada à atividade de fiscalização e licenciamento.
<b>Banco do Brasil</b>	“Ser um Banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência”. “Promover o desenvolvimento sustentável do Brasil” está intimamente ligado à geração de emprego e renda, bem como o bem estar social, que são elementos fundamentais para o desenvolvimento Regional Sustentável e que se apresentam convergentes com os propósitos do CIPP. “Cumprir sua função pública com eficiência” diz respeito à participação do Banco nas políticas governamentais de desenvolvimento e que estão alinhadas com os objetivos econômicos do CIPP. Assim, o Banco do Brasil atua fortemente para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde se encontra inserido. Para tanto ofertará soluções financeiras aos cidadãos e empresas domiciliadas nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, que detém as áreas de instalação do CIPP.
<b>DNPM</b>	O Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa, competindo-lhe,

em especial:

- I- Promover a outorga ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação mineraria;
- II- Coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;
- III- Acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;
- IV- Formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;
- V- Fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- VI- Fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação mineraria;
- VII- Baixar normas em caráter complementar e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores;
- VIII- Implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral, necessárias ao planejamento governamental;
- IX- Baixar normas, promover a arrecadação e a distribuição das quotas-partes, e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição e das demais receitas da Autarquia;
- X- Fomentar a pequena empresa de mineração;
- XI- Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa; e
- XII- Autorizar e fiscalizar a extração de espécimes fósseis, nos termos do art. 1º do Decreto-lei n.º 4.146, de 4 de março de 1942.

No banco de dados Cadastro Mineiro do DNPM, constatamos uma grande quantidade de direitos minerários na área de abrangência do CIPP (planta de situação anexa).

**FUNAI**

- I - exercer, em nome da União, a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas;
- II - formular, coordenar, articular, acompanhar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios:
  - a) garantia do reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas;

- b) respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações;
  - c) garantia ao direito originário e à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes;
  - d) garantia aos povos indígenas isolados do pleno exercício de sua liberdade e das suas atividades tradicionais sem a necessária obrigatoriedade de contatá-los;
  - e) garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas;
- garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas;
- f) garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definem políticas públicas que lhes digam respeito; e
- III - administrar os bens do patrimônio indígena, exceto aqueles bens cuja gestão tenha sido atribuída aos indígenas ou suas comunidades, consoante o disposto no art 29, podendo também administrá-los por expressa delegação dos interessados;
  - IV - promover e apoiar levantamentos, censos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas, visando à valorização e divulgação das suas culturas;
  - V - acompanhar as ações e serviços destinados à atenção à saúde dos povos indígenas;
  - VI - acompanhar as ações e serviços destinados à educação diferenciada para os povos indígenas;
  - VII - promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, em consonância com a realidade de cada povo indígena;
  - VIII - despertar, por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena;
  - IX - exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas.

**Companhia Docas do Ceará**

A missão da Companhia Docas do Ceará, administradora do Porto de Fortaleza é de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, através do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo.

A relação da missão da CDC com o CIPP está diretamente refletida com os interesses de promover o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**SRTE - Ce**

É a inspeção do trabalho e as relações do trabalho e emprego

## ITEM 2 – BENEFÍCIOS QUE VISLUMBRA

INSTITUIÇÃO	BENEFÍCIOS QUE VISLUMBRA
<b>Banco do Nordeste BNB</b>	Ser partícipe de um empreendimento estratégico de grande expressão que necessita de recursos vultosos e que marcará para sempre a história do BNB como um dos órgãos pioneiros, com grande benefício de imagem e de auto-estima de seus colaboradores.
<b>IBAMA</b>	O IBAMA terá como benefício na instalação do CIPP o ganho de experiência dos técnicos, a visibilidade do órgão e, indiretamente, a melhoria de sua estrutura em função do reforço do exercício das funções do IBAMA.
<b>Banco do Brasil</b>	As instalações de grandes empresas, bem como da Cia Siderúrgica do Pecém e Refinaria Premium da Petrobrás, proporcionarão uma elevação substancial do potencial de negócios na região. A geração de emprego direto, previsto na ordem de 30.000, bem como as instalações de fornecedores dos grandes empreendimentos, em sua maioria micros e pequenas empresas, serão devidamente prospectados pelo Banco do Brasil elevando sua carteira de crédito, bem como sua base de clientes. Acrescente-se a isso a elevação das receitas governamentais que transitam pelo Banco. Portanto, há grandes possibilidades de ampliação de negócios com os segmentos de Pessoa Física, Jurídica e Governo com disponibilização de linhas de crédito específicas para cada nicho.
<b>DNPM</b>	As atividades de mineração legalizadas dentro do CIPP poderão ser monitoradas pelos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (diretamente envolvidos), que trará grande contribuição ao DNPM para fiscalizar essas atividades. Na atualização do PDM/RMF pelo DNPM será feito levantamento de toda atividade mineral.
<b>FUNAI</b>	Na realidade a FUNAI enquanto órgão indigenista do Estado Brasileiro, não vislumbra benefícios diretos ou indiretos, mas tem empreendido esforços, no sentido de tratar o CIPP, como um conjunto de empreendimentos que afetam terras indígenas, e assim sendo, atua para que as comunidades indígenas afetadas possam ter assegurada a efetividade do direito de consulta prévia, livre e informada sobre tais empreendimentos, através da realização de estudos específicos sobre a influência do CIPP nas terras e comunidades indígenas e definições possíveis de medidas de mitigação e compensação as comunidades indígenas afetadas.
<b>Companhia Docas do Ceará</b>	Os principais benefícios são:  <b>Diretos:</b> - desenvolvimento do estado e a possibilidade de implantação de novas indústrias, com fomentação da exportação e importação de insumos e produtos agregados aos processos de manufatura, com interface direta ao movimento de cargas e implementação da atividade portuária, seguimento afeto a CDC;  - melhoria da infraestrutura da cidade e das áreas adjacentes ao CIPP;  - captação de recursos para implementar ações de desenvolvimento local, com alcance na macro região.

[Indiretos: - geração de emprego e renda para a população local, qualificação de pessoal.]

SRTE - Ce

O maior alcance da nossa ação fiscal e a participação em vários programas da instituição, de forma direta ou indireta.

### ITEM 3 – AMEAÇAS

INSTITUIÇÃO	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONOMICAS	POLITICAS
<b>Banco do Nordeste BNB</b>	Impactos negativos sobre a vegetação e espécies animais, contaminação do solo, do ar e da água, surgimento caótico de núcleos desestruturados.	Ausência ou insuficiência de infraestrutura e ações voltadas para a saúde, educação e segurança; agravamento dos problemas de prostituição e uso de drogas.	Agravamento das disparidades de renda, aumento excessivo dos preços dos imóveis e dos serviços para a população.	Falta de integração nas ações dos diversos níveis de governo, isolamento ou participação insuficiente da comunidade e deficiência no planejamento de curto, médio e longo prazo.
<b>IBAMA</b>	Preocupações ambientais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Passivos ambientais.</li> <li>• Destinação de resíduos.</li> <li>• Alteração na qualidade da água, ar e solo.</li> <li>• Possibilidade de Impactos à flora e fauna.</li> </ul>	A saúde, a segurança e o bem-estar da população impactada pelo empreendimento.	Garantia da viabilidade econômica do empreendimento de forma a permitir os investimentos na área ambiental e social.	Possível sobreposição das decisões políticas sobre as técnicas.

INSTITUIÇÃO	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONOMICAS	POLITICAS
<b>Banco do Brasil</b>	<p>No tocante aos aspectos que merecem análises específicas, pois têm elevado alcance ambiental, econômico, político e social, faz-se necessário pontuar cuidados em cada uma delas. Assim a preocupação do Banco do Brasil reside:</p> <p>– no impacto ambiental que os empreendimentos industriais poderão provocar no ecossistema local, e na efetividade das ações que visem proteger as grandes áreas verdes, parques e reservas, pois a instalação de indústrias pesadas poderá trazer componentes que prejudicam o meio ambiente</p>	<p>na preservação da cultura local e do espaço de reserva indígena e manutenção das etnias locais, como também, pela projeção de concentração demográfica, pode-se experimentar crescimento dos índices de criminalidade, prostituição e consumo de drogas. Vale destacar, ainda, a necessidade de investimentos na área de saneamento básico, cuja infraestrutura atual está distante do modelo ideal e que a população precisa, para que possa ter uma boa qualidade de vida e saúde.</p>	<p>– na distribuição de renda equitativa e na manutenção e fomento de empreendimentos locais pré-existentes, pela oferta de capacitação aos pequenos empresários no tocante à gestão do negócio, incluindo formalização, para que o mesmo possa conduzir sua empresa e com isso contribuir para o desenvolvimento sustentável da região</p>	<p>– na continuidade institucional das políticas públicas planejadas para o CIPP, evitando-se a cisão da articulação política, uma vez que a região precisa de apoio, notadamente no início de atividades. Uma ruptura ou divisão de forças poderia colocar em risco a implementação conjunto de empreendimentos</p>
<b>DNPM</b>	<p>Que percentual da área do CIPP será reservada para preservação ambiental. Por exemplo: No Complexo Portuário de Suape/PE 59% da área é de preservação ambiental.</p>		<p>A economia dos municípios envolvida terá um crescimento que acarretará a necessidade de obras de infraestrutura, tais como hospitais, escolas, estradas, centros de qualificação de mão-de-obra, etc.</p>	<p>Maior disciplinamento das prefeituras de Caucaia e São Gonçalo do Amarante no licenciamento de atividades de extração mineral de areia, argila e pedras britadas na forma da Lei 6.567/1978. A mineração deve estar inserida nos programas de desenvolvimento sócio-econômico e planejamento urbano, assegurando, o suprimento contínuo, estável e harmônico de bens minerais para melhoria e qualidade de vida das populações</p>

INSTITUIÇÃO	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONOMICAS	POLITICAS
<b>FUNAI</b>	<p>A principal preocupação é da possibilidade de realocação das famílias indígenas, localizadas nas comunidades indígenas afetadas diretamente, o que pode causar desagregação comunitária dos indígenas, perda dos vínculos afetivos com o território, espiritualidade, etc.</p> <hr/> <p>Supressão vegetal nas áreas habitadas pelas comunidades indígenas;</p> <p>Acréscimo da poluição sonora e ambiental;</p> <p>Diminuição do território reivindicado pelas comunidades indígenas.</p>	<p>Desagregação social entre as comunidades indígenas, o que poderá afetar diretamente os vínculos afetivos entre as famílias e os vínculos afetivos das famílias com o território.</p> <p>Aumento populacional significativo na região, o que poderá contribuir para o crescimento desordenado da região, aumento da violência e insegurança, prostituição, etc.</p>	<p>Aumento da especulação imobiliária na região;</p> <p>Crescimento no número de empreendimentos que deverão estar vinculados ao CIPP, além dos já previstos (gasodutos, linhas de transmissão, aquadutos, etc.).</p>	<p>Conflitos de interesses, envolvendo as comunidades indígenas, o Estado Brasileiro e a sociedade envolvente;</p> <p>Criminalização das lideranças indígenas;</p> <p>Repercussão negativa das comunidades indígenas por parte da imprensa cearense, que acaba disseminando a idéia de que são as comunidades indígenas as responsáveis por supostos entraves que impedem o crescimento da região, principalmente vinculados ao CIPP.</p>
<b>Companhia Docas do Ceará</b>	<p>Crescimento da população com ocupação desordenada do solo com possibilidade de processo de favelização; falta de estrutura para recepção de mão-de-obra que vem de fora;</p>	<p>Surgimento de prostituição com risco de exploração infantil, descaracterização da região (turística para industrial).</p>	<p>Aumento do custo de vida local. Preços de cesta básica irão aumentar, especulação imobiliária.</p>	<p>Risco de emancipação do distrito e criação de novos cargos públicos para atendimento a demanda da administração do possível município.</p>
<b>SRTE - Ce</b>	<p>O desequilíbrio no meio-ambiente, poucas condições de saneamento</p>	<p>O impacto das grandes obras na organização do distrito de Pecém</p>	<p>Disparidades salariais (nativos e forasteiros)</p>	<p>Sem referência</p>

#### ITEM 4 – COMO VEM SE ORGANIZANDO

INSTITUIÇÃO	COMO VEM SE ORGANIZANDO
<b>Banco do Nordeste BNB</b>	-
<b>IBAMA</b>	O IBAMA não alterou sua estrutura ou organização em função do CIPP, mas vem trabalhando no cumprimento de suas funções de licenciamento e fiscalização relacionadas ao empreendimento.
<b>Banco do Brasil</b>	<p>O Banco do Brasil participará de todos os fóruns do CIPP como forma de fazer relacionamento e conhecer as reais necessidades dos clientes. Nesse contexto, o Banco vem se organizando para conviver com o CIPP, de forma a aproveitar os benefícios e reduzir as ameaças, através da criação de estratégias específicas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Ampliação do atendimento bancário em rede própria e em rede de correspondentes, em particular o Banco Postal, em parceria com a ECT;</li> <li>b) Construção de outra unidade do Banco do Brasil no município de Caucaia e o aumento do porte da agência de São Gonçalo do Amarante, disponibilizando mais espaço físico, bem como expandindo o atendimento dentro do CIPP, com a instalação de um ponto de atendimento e terminais eletrônicos no recinto da empresa Ceará Portos, gestora do complexo.</li> </ul>
<b>DNPM</b>	A atualização do Plano Diretor da Região Metropolitana de Fortaleza (PDM/RMF) resultará em proposições que deverão orientar a atuação governamental na definição de planos de ação pra o segmento minerário, fixando alternativas capazes de harmonizar essa atividade com a expansão urbana e industrial e a preservação do meio ambiente.
<b>FUNAI</b>	A FUNAI está engajada e garantir que o licenciamento integral do CIPP possa se adequar às determinações já regulamentadas, inclusive prevendo a consulta as comunidades indígenas, sendo-lhes asseguradas à definição e execução de medidas de mitigação e compensação às comunidades indígenas afetadas direta ou indiretamente.
<b>Companhia Docas do Ceará</b>	A CDC vem adotando sua estratégia de negócio dentro do planejamento elaborado recentemente, considerando a conjuntura econômica, e o perfil do mercado. As ações implementadas com as reformas da infraestrutura, incluindo a conclusão da dragagem de aprofundamento, melhoria das condições de armazenagem e outras dentro das necessidades operacionais, possibilitarão a consolidação de novos clientes que buscarem as facilidades portuárias para a movimentação de suas cargas.
<b>SRTE - Ce</b>	Estamos nos organizando com novas instalações para melhor atender ao público alvo da região, além de buscar criar uma unidade de prestação de serviços, como emissão de CTPS, seguro-desemprego etc.

## ITEM 5 – CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO	CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO
<b>Banco do Nordeste BNB</b>	Economicamente, financiando os empreendimentos que venham a se instalar no CIPP, bem como os equipamentos de apoio aos trabalhadores, visitantes e outros interessados no empreendimento, situados no raio de influência do mesmo. Institucionalmente, participando ativamente de iniciativas que o fortaleçam, a exemplo deste Pacto.
<b>IBAMA</b>	No exercício habitual de suas funções, o IBAMA pode contribuir para melhor organização do CIPP, promovendo o cumprimento da legislação ambiental e, por conseqüência, garantindo a mitigação de impactos causados pelo empreendimento.
<b>Banco do Brasil</b>	<p>O Banco do Brasil está no Estado do Ceará desde 1913, portanto completará um século de presença física em 2013. Contribuiu muito com o crescimento e a consolidação da economia cearense, sendo o primeiro financiador de grandes grupos empresariais hoje existentes no Ceará. Este trabalho continua em todo o Estado. No CIPP o Banco do Brasil ofertará linhas de crédito compatíveis com as necessidades das pessoas físicas e empresas que vivem e transacionam na região. No aspecto social, colocará o Banco de Tecnologias sociais a serviço da comunidade e com isso ajuda na solução de problemas. Contribuirá com sua expertise na alfabetização de adultos através do Programa BB Educar. Sua estratégia de DRS – Desenvolvimento regional Sustentável será um fator de sucesso para os pequenos produtores e empresários que fornecem para empresas âncoras, tais como a CSP e Refinaria. O Banco do Brasil pode, então, contribuir para o desenvolvimento do CIPP, através do atendimento às demandas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) pessoas físicas por produtos e serviços bancários e de seguridade por sua rede própria ou de correspondentes bancários;</li> <li>b) financiamento a construção de moradias do âmbito do PMCMV;</li> <li>c) financiamento à aquisição da casa própria no âmbito do PMCMV;</li> <li>d) entes públicos por produtos e serviços bancários e crédito para intervenções viárias e coleta de resíduos sólidos no âmbito do PROVIAS, para aquisição de transporte escolar no âmbito do Programa Caminho da Escola, para aquisição de computadores portáteis para alunos da rede pública de ensino no âmbito do PROUCA, para modernização da administração tributária e dos serviços sociais básicos no âmbito do PMAT, para saneamento ambiental, gestão de recursos hídricos e financiamentos de projetos multissetoriais integrados urbanos no âmbito do BNDES FINEM e para seus fornecedores de produtos e serviços;</li> <li>e) pessoas jurídicas por produtos e serviços bancários e de seguridade, em particular o crédito para investimentos e capital de giro para produção de bens e serviços; f) por produtos e serviços voltados para o comércio exterior, em especial o financiamento à exportação e importação;</li> <li>g) por produtos e serviços bancários e seguridade para o agronegócio, agricultura familiar e para microempreendimentos sustentáveis no âmbito da estratégia de negócios do Banco do Brasil de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS</li> </ul>

INSTITUIÇÃO	CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO
<b>DNPM</b>	O DNPM/CE está contribuindo com o CIPP com a geração de conhecimentos da Região metropolitana de Fortaleza (RMF), destacando-se os seguintes trabalhos: publicação em 2012 do livro “A Indústria de Agregados da Região Metropolitana de Fortaleza”; e iniciando no 2º semestre/2012 do projeto de atualização do Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Fortaleza, cabendo salientar que o primeiro e último PDM/RMF foi concluído em 1998, quando a RMF era formada de 9 municípios com uma população de pouco mais de 2,5 milhões de habitantes; e hoje é formada de 15 municípios, com uma população de mais de 3,5 milhões de habitantes.
<b>FUNAI</b>	A missão da FUNAI é zelar pelos direitos das populações indígenas, sendo que a estratégia do órgão nesse momento é garantir que o desenvolvimento do CIPP possa minimizar o máximo possível os impactos junto às terras e comunidades indígenas, localizadas na sua área de incidência ou em seu entorno.
<b>Companhia Docas do Ceará</b>	A CDC vem contribuindo, desde a implantação do terminal do Porto de Pecém, com a disponibilidade de técnicos especializados e conhecimento em gestão portuária, logística e meio ambiente.
<b>SRTE - Ce</b>	Primeiramente pela participação em programas sociais que visem a melhoria das condições do trabalhador. Prestando serviços de orientação ao empregado. Fiscalizando as condições de trabalho quanto à saúde e a segurança, e aplicação da legislação trabalhista

## ITEM 6 – FRAGILIDADES

INSTITUIÇÃO	FRAGILIDADES	ALTERNATIVAS SUPERACÃO	PARA PARCERIAS NECESSÁRIAS
<b>Banco do Nordeste BNB</b>	Limitação do valor dos financiamentos em decorrência do capital do Banco.	Aumento do capital do BNB	Articulação política da bancada nordestina no Congresso Nacional.
<b>IBAMA</b>	Para atender todas as demandas do CIPP e demais empreendimentos de sua competência, o IBAMA apresenta carência de pessoal em sua sede e falta de diretrizes específicas no IBAMA local, de forma a focar em suas competências específicas.	Para superação há necessidade de realização de concursos públicos e de definição de estratégias de ação que foquem suas competências específicas.	-
<b>Banco do Brasil</b>	Intempestividade na adequação de estruturas de atendimento bancário. O Banco do Brasil, por sua condição de empresa estatal, precisa atender a requisitos legais que, muitas vezes, geram maior tempo de resposta.	Disponibilização por parceiros entes públicos e privados de espaços físicos adequados para atendimento bancário. Com a evidência pujante do CIPP, espera-se uma abreviação significativa dos processos administrativos internos e, com isso, rapidamente se incorporar aos agentes contributivos do desenvolvimento local.	Entes públicos e privados com interesse no atendimento bancário. As parcerias com os poderes públicos estadual e Municipais, além dos entes privados, serão à base da superação dessas fragilidades.
<b>DNPM</b>	Não observamos fragilidades.		
<b>SRTE - Ce</b>	Pequeno quadro de pessoal	Contratação	Ministério do Planejamento
	Equipamentos próprios para o trabalho	Aquisição	Ministério do Trabalho Brasília

INSTITUIÇÃO	FRAGILIDADES	ALTERNATIVAS SUPERAÇÃO	PARA PARCERIAS NECESSÁRIAS
<b>FUNAI</b>	<p>Ausência da consulta institucional na fase de estudos de implantação;</p> <p>Falta de consulta prévia, livre e informadas as comunidades indígenas;</p>	<p>Identificar as pendências administrativas que resultou no não licenciamento integral do CIPP;</p> <p>Realizar o procedimento de consulta as comunidades indígenas, a fim de solucionar questões ligadas aos passivos ambientais e readequar o licenciamento do CIPP considerando a existência de comunidades indígenas localizadas na sua área de abrangência ou em seu entorno.</p>	FUNAI, IBAMA, SEMACE, IPHAN, MPF e Governo do Estado
	Inexistência do licenciamento integral do CIPP	Adequação o licenciamento do CIPP, considerando a totalidade da área utilizada e prevista.	IBAMA, IPHAN, SEMACE, FUNAI e MPF.
<b>Companhia Docas do Ceará</b>	Espaço limitado para expansão do negócio	Ampliação do espaço útil de área retroportuária	União, Estado e Município, empresas interessadas no negócio
	Proximidade com a cidade	Diálogos institucionais	União, Estado e Município, empresas interessadas no negócio
	Esvaziamento de cargas	Operação Complementar entre CIPP Novos clientes	União, Estado e Município, empresas interessadas no negócio

## ITEM 7 – VISÃO DA GESTÃO FUTURA

INSTITUIÇÃO	VISÃO DE GESTÃO
<b>Banco do Nordeste BNB</b>	O BNB não tem um modelo preconcebido e considera que a modelagem e implantação do mesmo será um grande desafio a ser construído por todos que participam deste pacto.
<b>IBAMA</b>	Deve haver uma administração central que se responsabilize pelas áreas e atividades comuns do CIPP e promova o seu regramento interior. Parece fundamental a participação do Estado na administração, com possibilidade também de participação dos municípios e até da iniciativa privada. No entanto, a iniciativa privada estaria submetida ao regramento do CIPP.
<b>Banco do Brasil</b>	O modelo de gestão do CIPP deve ser pautado nas melhores práticas de governança, priorizando a participação dos atores e interessados, a transparência e a sustentabilidade, como também, pautar-se por um esforço conjunto na busca dos objetivos comuns, onde cada um procure realizar bem sua parte sempre sopesando não só os aspectos econômicos, mas também os sociais. O Pacto pelo Pecém, que coordena as ações encenais, pode se constituir no grande articulador de forças de todos os agentes para consolidar o Complexo Industrial do Porto do Pecém em uma região próspera e com desenvolvimento econômico e social sustentável.
<b>DNPM</b>	Como ponto de partida poderia ser utilizado o modelo do Complexo Portuário do Porto de Suape/PE.
<b>FUNAI</b>	A nossa instituição espera que o papel do Estado do Ceará seja de coordenar o processo de implantação de novos empreendimentos, sendo asseguradas à necessidade
<b>Companhia Docas do Ceará</b>	As parcerias públicas privadas, hoje em foco, poderiam ser um ponto de partida para o modelo gestão, embora, a gestão tenha que ser pensada em termos de composição gerencial única e autônoma, permitindo o dinamismo e flexibilidade de tomada de ação, para atingir as metas definidas neste modelo. As empresas de economia mistas atuais que operam com a participação do governo e de empresas privadas, enfrentam as dificuldades de uma gestão pautada pelo regramento de atendimento à legislação específica, que limitam
<b>SRTE - Ce</b>	Modelo público-privado no sentido de compartilhar ações e quando forem possíveis do ponto-de-vista legal.

## ITEM 8 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

INSTITUIÇÃO	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
<b>Banco do Nordeste BNB</b>	Uma permanente mobilização dos participantes visando uma ação forte e conjunta direcionada ao fortalecimento do CIPP.
<b>IBAMA</b>	Sem outras considerações.
<b>Banco do Brasil</b>	Aponta-se como relevante, neste momento inicial do Pacto, a abrangência e amplitude dos debates, a fim de atender as expectativas dos atores e da sociedade em geral, nas cinco dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ambiental, política e de governança.
<b>DNPM</b>	Interação das entidades públicas (municipal, estadual e de feral), do setor produtivo (empresa e suas representações) e sociedade civil (comunidades, etc.).
<b>FUNAI</b>	Sem outras considerações.
<b>Companhia Docas do Ceará</b>	<p>O importante desse Pacto é o pensamento unificado em promover o desenvolvimento do Estado do Ceará e a manutenção das instituições que congregam este processo, de modo a permitir sua estabilidade diante de novas atividades, e que sejam consideradas as ações de forma construtiva, sem que as ameaças apresentadas, possam se tornar fatores impeditivos desse crescimento dentro do contexto do pacto.</p> <p>O Porto de Fortaleza tem se caracterizado pela dinâmica de modernizar sua capacidade operacional, desde a infraestrutura quanto às tecnologias agregadas nos processo logístico. Existem, atualmente, investimentos consolidados da União que não podem, simplesmente, ser alijados do crescimento do Estado do Ceará, é necessário, e coerente que o Pacto pelo CIPP veja a presença do Porto de Fortaleza como parceiro coadjuvante nesse processo, tornando-o parte complementar da logística portuária do Estado.</p> <p>A participação conjunta denota que o interesse é mútuo e que o crescimento do Estado do Ceará, depende essencialmente da capacidade da organização empresarial em maximizar o crescimento local. A adequação da infraestrutura torna a disponibilidade dos recursos produtivos mais fáceis, e o grande salto de crescimento somente é alcançado quando os diversos fatores impeditivos são solucionados, permitindo que a estrutura de eficiência e performance dos empreendedores, tragam os resultados econômicos e sociais para todos.</p>
<b>SRTE - Ce</b>	A continuidade do processo iniciado com o Pacto, mantendo o atual procedimento de participação. Reuniões marcadas com antecedência e pauta inicial traçada.